

A construção de uma imagem política: aspectos da administração imperial de Tibério nos *Anais* de Tácito

ANA TERESA MARQUES GONÇALVES¹ e RAFAEL DA COSTA CAMPOS²
Universidade Federal de Goiás – Brasil,

Abstract: Our main purpose in this paper is to review some aspects concerning the imperial administration of Tiberius Caesar Augustus (14 – 37 A.D) through an interpretation of the political events, as described by Publius Cornelius Tacitus in his *Annals*. It is essential to emphasize that, contrary to the first impression we get when reading the source, we would argue that this emperor was not neglectful about the diffusion of his political image, neither has he been indifferent to the way his political image was assimilated by the imperial population, both in the City of Rome and in the provinces. This statement is important since it accounts for an underlying need for the development of strategies of authority and legitimacy regarding his government which took place during a period of transition and consolidation of a new political structure. Furthermore, this concern, though absent during the rule of his predecessor, Octavius Augustus, but already noticeable with the dictator Julius Caesar in 49 B.C, was a crucial aspect of his principate, especially if we consider the existence of a historical moment of institution and consolidation of a new form of government that came to supersede another, undermined by a succession of civil dissensions and political strife among factions of the republican aristocracy.

Keywords: Tiberius; Tacitus; Principate; Roman Empire; political image.

A preocupação com a difusão de uma imagem política que abarcasse a dinâmica de conferência de um estatuto de autoridade e legitimidade ao governo imperial, bem como vários outros aspectos políticos de seu Principado, foi perpetuada por Tibério, e pode ser visualizada por meio da análise da narrativa histórica de Públio Cornélio Tácito,

Texto enviado em 01.05.2008 e aceite em 23.11.2008

¹ Professora Adjunta de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de Goiás – Brasil. Doutora em História pela Universidade de São Paulo – Brasil: anateresamarquesgoncalves@gmail.com.

² Professor de História formado na Universidade Federal de Goiás. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás – Brasil, sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 11 (2009) 129-157 — ISSN: 0874-5498

conforme nos foi legada em seus *Anais*³. Em termos latinos, o comportamento dos Imperadores flutuava entre a *civilitas*, a conduta de um cidadão valorizada por uma noção de igualdade perante os demais, e a *superbia*, o comportamento arrogante e desdenhoso de um rei e um ser sobre-humano. Diante da constatação de que o poder dos Imperadores era essencialmente centralizador, o Principado foi estabelecido por um ato de negação (*recusatio*) de uma centralização do poder de forma ditatorial, fato ideologicamente bem explorado por Augusto no ideal de sua *res publica restituta*, e perpetuado em aspectos singulares de soberano para soberano. De acordo com a leitura feita por Tácito, Tibério teria tentado repetir a mesma atitude, mas não teria obtido êxito semelhante, pois a estrutura ideológica de difusão de um restabelecimento da República e de uma cooperação entre Imperador e Senado modificou-se após o Principado de Augusto. Isto é perceptível durante os primeiros encontros de Tibério com o Senado, em que os membros da aristocracia clamaram francamente que o Imperador assumisse o controle das prerrogativas imperiais de forma mais centralizada⁴.

Entretanto, esta atitude de negação em si constituiu uma característica bastante importante no cerimonial imperial: embora elementos “monárquicos” aparecessem inexoravelmente, eles eram admitidos somente se não contradissem essa aparência primordial de preservação de antigos valores políticos, pois a sociedade romana prezava pela permanência dos ideais dos grandes homens do passado e de seus valores morais (o chamado *mos maiorum*, isto é, o costume dos ancestrais)⁵. O poder do Imperador mediante o estabelecimento do Principado envolveu a perda do controle dos organismos tradicionais de governo, o Senado e o *populus romanus* constituídos em várias assembleias, características primordiais da República enquanto forma de governo. Embora a aristocracia senatorial tenha gradativamente alterado sua forma de rela-

³ A tradução do texto utilizada é a de A.J. Woodman (New York 2005), com consultas aos termos latinos a partir da edição da Loeb Classical Studies, traduzida para o inglês por John Jackson (London 1926).

⁴ Tac. *Ann.* 1.7; 1.11.

⁵ Cf. Andrew Wallace-Hadrill, “*Civilis Princeps: Between Citizen and King*”. *The Journal of Roman Studies* 72 (1982) 32-48.

cionamento com as prerrogativas para o ingresso na carreira pública, considerando o papel primordial de um relacionamento com o *Princeps* e a família imperial, ainda assim os preceitos republicanos foram em parte perpetuados dentro dos valores e tradições dos remanescentes das antigas famílias republicanas.

Uma meticulosa demonstração de respeito pelo Senado e pelo povo ajudou a sustentar cerimoniosamente a ilusão da supremacia destas instituições, embora em última instância o comando fosse exercido pelo Imperador. Apesar disto, a *recusatio* não significou a perpetuação de um aspecto republicano, tendo em vista o amplo panorama de disputas por prestígio político que caracterizou principalmente os últimos anos deste modelo de governo, sendo veementemente criticado por Tácito, o que nos leva a afirmar que este autor, mediante as críticas que fez ao Principado de Tibério, bem como aos outros Imperadores posteriores, não demonstrava em sua narrativa interesses claros de um retorno à organização política republicana, tampouco o questionamento do Principado enquanto instituição, sobretudo por sua percepção a respeito das dissensões políticas e civis ocorridas durante os últimos anos da República⁶.

Duas tendências opostas são perceptíveis durante o Principado: afirmações ofensivas contra os Imperadores poderiam ser condenadas através da lei de traição (*maiestas*) e, ao mesmo tempo, a lealdade dos indivíduos poderia ser reafirmada por intermédio da contínua bajulação. Em ambos os casos, os Imperadores sempre tomavam certas precauções para evitar aplicações ambíguas da *maiestas* e anunciavam a restauração da liberdade de expressão, virando o rosto à *adulatio*. Tibério demonstrava bastante severidade para com estas precauções, embora esta vigilância fosse criticada por Tácito como uma característica de sua personalidade obscura e dissimulada, e seu distanciamento foi encarado como um comportamento que beirava o excessivo⁷. A isto se somam outros artifícios usados pelo governante para reafirmar o seu papel de *primus inter pares*, como o uso da vestimenta como forma de simbolizar o status de cidadão privado. A prática de se vestir como um cidadão comum foi

⁶ Tac. *Ann.* 1.2; 3.27.

⁷ Tac. *Ann.* 1.7; 1.10; 1.12; 1.19; 1.72; 2.87; 3.65.

realmente utilizada, pois havia uma divisão no guarda-roupa imperial chamada *privata vestis*. Além disso, outro sinal de condescendência para com os indivíduos era a modificação da *officia* que estes possuíam perante o Príncipe. O Imperador poderia usar de ocasiões como entradas e saídas da capital para demonstrar um pouco mais de proximidade com a população, andando em meio a ela ou distribuindo saudações em ocasiões oficiais. A soma de algumas das principais características da conduta social imperial não representa um padrão do que os Imperadores desempenhavam o tempo todo. Nem todos eles eram fortes e confiantes o bastante da submissão de seus comandados para confiar exclusivamente no ritual de condescendência; alguns se valiam de técnicas despóticas, tais quais alguns reis do oriente helenístico. O que está claro é que a recusa ao poder e a condescendência com os subordinados foram os elementos históricos que distinguiram o elemento monárquico romano das outras modalidades de monarquia observáveis nas províncias do Império.

Duas diretrizes conceituais, cuja base se organizou dentro do panorama helenístico e republicano, uniram-se durante o Império para dar origem a algo novo: a manifestação da *moderatio*⁸, a moderação no uso do poder, e a *comitas*, o tratamento amistoso dado aos inferiores, encontram-se para formar um padrão de etiqueta da condescendência imperial. Tibério mostrou-se bastante preocupado em exaltar a *moderatio*, e possuímos uma relativa difusão de moedas em seu governo exaltando tanto a *moderatio* quanto a *clementia* imperial, principalmente durante o período em que a lei de *maiestas* foi executada com maior frequência. Em outras palavras, uma lei cujos resultados eram insatisfatórios mediante os abusos em seu procedimento causou em grande medida uma insatisfação e certa ansiedade no Príncipe, que por meio da difusão de moedas, ressaltando estas características, pode ter buscado um apaziguamento dos problemas referentes à sua imagem política durante esse período de seu governo. Mas a ideologia por trás desta etiqueta é mais bem definida como *civilitas*, que evoca o comportamento de um soberano que é ainda um

⁸ Cf. C.H.V. Sutherland, "Two 'Virtues' of Tiberius: A Numismatic Contribution to the History of His Reign": *The Journal of Roman Studies* 28 (1938) 129-140.

cidadão dentro de uma sociedade de cidadãos, onde a liberdade e a conduta do cidadão comum são protegidas pela lei, e não o ímpeto de um autocrata. Três aproximações complementares podem nos auxiliar a compreender a caracterização da *civilitas* durante o Alto Império. O primeiro fator é a tradição que remete à restauração do *mos maiorum*, anterior ao início da sucessão de conflitos no último século da República, primeiramente executada por Augusto. O segundo fator é a posição do Senado dentro da preponderância cerimonial da *civilitas*, pois o bom Imperador pode ser considerado sinônimo de um governante “pró-Senado”. E o terceiro fator diz respeito à consideração do Imperador para com a construção da organização social do Império, em que os graus de prestígio estão diretamente associados à proximidade com a casa imperial. Por isso, essa organização deveria ser harmonicamente mantida e ressaltada por meio de todos os suportes propagandísticos possíveis e à disposição da casa imperial.

Em suma, pode se afirmar que, durante o Principado, alguns Imperadores se valeram de um amplo cerimonial para afirmar a distância entre eles e seus súditos, é relevante perceber que outros governantes se valeram da condescendência para se representarem como simples cidadãos. Este procedimento não era ambíguo ou sutil, mas era claramente demonstrado, pois tinha como objetivo a articulação de certas diretrizes que foram fundamentais para a sociedade sobre a qual estes soberanos governaram: a continuidade do passado republicano, a dependência do Imperador em relação ao consentimento das outras ordens sociais, mas acima de tudo o uso da estrutura social de uma cidade-estado para organizar e unificar os diversos povos dentro dos limites do Império⁹.

Outro aspecto importante na construção de uma imagem do Imperador é a afirmação de suas virtudes. As virtudes imperiais, qualidades morais possuídas pelo bom Imperador, eram também representadas visualmente dentro da mídia oficial e sistematicamente comunicada pelo estado romano aos indivíduos do Império. A associação

⁹ Cf. Andrew Wallace-Hadrill, “*Civilis Princeps*: Between Citizen and King”: *The Journal of Roman Studies* 72 (1982) 48.

de virtudes tradicionais romanas à figura do Imperador é o exemplo primordial de como Augusto e seus sucessores se apropriaram com êxito das diferentes formas de representação. Assim como os triunfos e a construção de grandes edifícios, a cunhagem de moedas se tornou prerrogativa básica e exclusiva da casa imperial, bem como a comemoração oficial de uma série de virtudes específicas definiu o Imperador como o detentor paradigmático destas virtudes. A personalização das virtudes romanas, durante o governo de Augusto, não correspondem, no entanto, a um cânone de virtudes imperiais, pois elas eram divulgadas visando em específico algo que os Imperadores gostariam que os cidadãos pensassem dele. É importante também estabelecer uma diferenciação entre personificações e virtudes nas moedas imperiais: as personificações podem ser compreendidas como figuras humanas que ofereciam uma forma visual concreta e uma encarnação de um conjunto de idéias abstratas, que representavam a virtude em si, enquanto as virtudes eram qualidades morais inerentes aos homens, um tipo de personificação representada dentro da cunhagem imperial¹⁰.

Em relação à percepção da necessidade de divulgação das virtudes políticas perante a população do Império, tende-se a corroborar a impressão descrita por Tácito de uma extrema severidade por parte de Tibério na recusa em receber honras durante o seu Principado. A atitude de Tibério em relação ao recebimento do sobrenome Augusto foi bem diferente da atitude de sua mãe Lívia. Tácito afirma que houve grande adulação (*multa patrum et in Augustam adulatio*) por parte dos senadores no oferecimento do prenome *Augusta* à mãe de Tibério, pois além desta denominação, alguns propuseram que ela fosse chamada também “mãe da pátria”, bem como outros desejavam acrescentar “filho de Júlia” ao prenome do Imperador¹¹. Tais considerações de Tácito, em parte, possuem a função de ressaltar a personalidade obscura, sombria e arrogante do Imperador. Entretanto, são adicionadas claramente como juízos de valor logo após a recusa de Tibério em aceitar as mesmas honras já dadas a

¹⁰ Cf. Carlos F. Noreña, “The Communication of the Emperor's Virtues”: *The Journal of Roman Studies* 91 (2001) 146-168.

¹¹ Tac. *Ann.* 1.14.

Lívia, mas podemos perceber uma tentativa por parte do Imperador em demonstrar certo emparelhamento com os outros membros do Senado.

Da mesma maneira, Tibério recusou por duas vezes o título de *pater patriae*¹². Na primeira vez, em 15 d.C., vetou também a proposta do Senado sobre um juramento de obediência aos seus atos, alegando que todas as questões referentes aos mortais eram incertas e que, quanto maior a sua posição, mais traiçoeira a sua base (*cuncta mortalium incerta, quantoque plus adeptus foret, tanto se magis in lubrico dictitans*). Apesar da descrita veemência em sua recusa, o título de *Augustus* aparece nas inscrições e em moedas, da mesma forma como o emprego do título aparece nas correspondências enviadas às províncias orientais. A razão para esta atitude de Tibério torna-se evidente se considerarmos por um momento a política religiosa adotada por ele. Alguns pesquisadores atestam a existência de evidências documentais em diversas fontes para demonstrar que o Imperador formalmente recusou as honras divinas, com a intenção de se mostrar mais próximo da constituição humana, evitando honrarias excessivas. Porém, um Imperador divino era algo que a população das províncias orientais poderia compreender e pelo qual ela poderia ser razoavelmente impressionável¹³.

Na segunda vez em que recusou a denominação, em 19 d.C.¹⁴, Tibério protestou severamente contra aqueles que haviam designado as suas ocupações como “divinas” e a ele mesmo como “senhor” (*acerbeque increpuit eos qui divinas occupationes ipsumque dominum dixerant*). De fato, Tibério não procedeu com uma real severidade perante tais demonstrações de honra e foi mal sucedido em fiscalizar sua idolatria espalhada pela Península Itálica e pelas províncias. Ele recusou o consentimento para o culto de sua pessoa em Roma e/ou pelos romanos, e Tácito avalia que “a expressão era restrita e escorregadia diante de um *Princeps* que temia a liberdade, mas detestava a adulação” (*libertatem metuebat*

¹² Tac. *Ann.* 1.72; 2.87.

¹³ Cf. Kenneth Scott, “The *Diritas* of Tiberius”: *The American Journal of Philology* 53 (1932) 139-151.

¹⁴ Tac. *Ann.* 2.87.

adulationem oderat)¹⁵. A despeito deste julgamento, podemos supor que possivelmente Tibério buscou evitar qualificações que contradissem uma relação de cooperação com os membros da aristocracia senatorial, enfatizando a severidade quanto a honras e títulos na Cidade de Roma e, ao menos segundo o relato fornecido pelos *Anais*, permaneceu irredutível neste ponto.

Compreendemos este empenho, considerando que a aceitação formal do nome *Augustus* poderia ter trazido enormes complicações durante seus esforços realizados fora da corte imperial para submeter ao julgamento os acusados por *maiestas* durante o seu governo. Na primeira parte de seu Principado, o seu desejo de prevenir delações o levaram a se desassociar formalmente de qualquer aspecto de divindade relacionado ao exercício de seu poder na Cidade de Roma. Todavia, não é surpreendente o fato de o título *Augustus* ter sido encontrado em inscrições e moedas, e que este, às vezes, tolerasse manifestações de honra não oficialmente reconhecidas e proibidas. Se as pessoas insistissem em lhe prestar reverências, em vez de recusas e proibições, ele meramente adotava uma política de não interferência direta, a não ser pelo fato de ter mantido uma rígida atitude de desaprovação oficial.

O emprego ou a rejeição do título de *Augustus* por Tibério aparentemente foi regulado pela maneira em que este teve co-relação com a história e a significância de sua política religiosa bem-definida, que era em grande parte a mesma empregada por Augusto, embora, como o comportamento de Tibério em si, aparentemente mais reservada e cautelosa. O Imperador Tibério foi detentor da titulação por testamento de seu pai adotivo, mas não fica claro nos *Anais* qual foi a aceitação oficial que este tomou diante do nome, perante os romanos e na cidade de Roma. De fato, o epíteto se tornou, após a morte de Augusto, a denominação de um deus, conferindo divindade, algo além do humano enquanto estivesse vivo, e durante a vida de Tibério este significado foi mantido.

A política desempenhada por Tibério dentro do Senado pretendia considerá-lo como um mortal perante o restante dos romanos, e consis-

¹⁵ Tac. *Ann.* 2.87.

tentemente exigia que este se recusasse a aceitar oficialmente o título divino em suas relações com os súditos. Mas Tibério não poderia, e provavelmente não desejou, barrar uma onda de culto imperial, pois mesmo que este expressasse a sua desaprovação oficial, não poderia prevenir nem coibir tal fato prontamente. Além disso, o uso do título no endereçamento de cartas para reis estrangeiros, Príncipes, e cidades não implicava em um uso inconstitucional, e nem em ofensa aos sentimentos dos cidadãos romanos, mas mostrava que sua postura visava provocar em especial uma aparência de cooperação entre seus pares políticos na Cidade de Roma, servindo, no entanto, como artifício de manutenção de sua autoridade nas províncias¹⁶. Era tradicional para um comandante romano ser considerado como sobre-humano. Tibério não tinha, por isso, nenhum grande motivo para se desviar dos procedimentos políticos de Augusto, e de fato a omissão do mais alto e bem-conhecido título de seu predecessor nas correspondências diplomáticas pode ter prejudicado seu prestígio ou o do Estado romano.

Além de sua preocupação em agir, mantendo uma relação de proximidade com os cidadãos do Império, e sem deixar de ressaltar a magnitude do poder que simboliza o porquê do soberano estar em posição cimeira aos demais indivíduos, a imagem de um *civilis princeps* se aproxima da de um *benefactor* ou *pater patriae*¹⁷. Durante os dois

¹⁶ Cf. Kenneth Scott. "Tiberius' Refusal of the Title *Augustus*": *Classical Philology* 27 (1933) 50.

¹⁷ Cf. T.R. Stevenson, "The Ideal Benefactor and the Father Analogy in Greek and Roman Thought": *The Classical Quarterly* 42 (1992) 421-436. Conforme Stevenson, a analogia do "pai" se auto-sugere como um fator preponderante por duas principais razões: em primeiro lugar, foi usada de uma maneira positiva para sugerir a existência de um benfeitor ideal tanto nas fontes gregas quanto latinas (Xenofonte, Plutarco, Cícero, Tácito e Sêneca); em segundo lugar, enquanto poucas fontes ressaltaram o panorama político ideal para a existência de uma relação benfeitor-beneficiário, há um amplo campo de evidências em relação aos *patres* e seus dependentes. A ambivalência dentro desta relação foi bastante considerada, pois faz parte do conjunto dos costumes, dos *mores*: Tácito não critica a *adulatio* apenas para evidenciar as conotações negativas nos governos dos Imperadores. Embora as relações estabelecidas nos trabalhos filosóficos não possam ser literalmente transcritas para o plano das realidades sociais e políticas, a compreensão de uma unidade social é derivada de uma concepção de Estado como um conjunto de beneficiários, semelhante à organização de uma família em que o *pater familias* se coloca como o benfeitor em essência.

primeiros séculos do Principado, podemos dizer que existe um modelo construído em volta de uma relação ideal entre benfeitor-beneficiário, baseada numa ambivalência semelhante aos pensamentos grego e romano de uma oposição entre tirano e benfeitor. Em essência, este modelo é produto de um conjunto de reações ao poder, e fundamenta-se numa lógica parecida à da constituição do ideal de *civilitas*, concernente à imagem do Imperador, acrescida da evidente elevação deste em relação aos seus pares, justificada principalmente pela proeminência moral do primeiro. Sendo assim, em termos ideais, o benfeitor oferece e sustenta a vida de seus beneficiários ausente de motivações próprias; a reciprocidade não é uma condição importante para os benfeitores neste conjunto de relações.

Por outro lado, o beneficiário compromete-se perante o benfeitor puramente pela compreensão honesta e sincera do ideal deste; não há desta forma uma preocupação com exploração na idealização da relação. O modelo de relação entre benfeitor-beneficiário evoca um cenário ideal em que a preocupação desinteressada do soberano pelos súditos, a ausência de exploração ou gratidão pelos benefícios, reveste melhor um determinado panorama social e político do que uma autocracia que demonstra evidentemente a autoridade de um governante legitimada, entre outras coisas, pelo uso da força e do poder militar. O que fica claro a partir desta premissa é a preocupação existente com a compreensão de um relacionamento entre soberano e seus dependentes, em que a ameaça da tirania não seja percebida como uma possibilidade real, tendo em vista que constitucionalmente nada poderia impedir atitudes despóticas de um Príncipe.

Desta forma, temos um benfeitor ideal despreocupado com recompensas, mas beneficiários completamente voltados para isso. Além disso, o grande valor deste modelo ideal diz respeito ao fato de que as imagens de um bom soberano e indivíduos leais a este estão presentes em ambas as partes; o que significa também que uma grande parte das críticas feitas à adulação e ao servilismo é resultado da ambivalência existente na compreensão e na aplicação deste ideal. Houve uma tentativa de se empreender um balanço entre a afirmação da autoridade e a concessão de legiti-

midade ao poder, bem como uma aproximação do soberano com o restante dos indivíduos, visando transmitir a idéia de que a população não estava sendo regida por um tirano, mas por alguém que compartilhava dos mesmos preceitos de cidadania. Desta maneira, podemos dizer que Tibério empreendeu ações políticas dentro da esfera da administração imperial que evidenciam o oferecimento de auxílio, benefícios e concessões, que transparecem um aspecto positivo em seu governo e são descritas por Tácito¹⁸.

Primeiramente, estabelecemos como tal tipo de atitude exemplos apresentados nos *Anais* em que Tibério concede benefícios em dinheiro a membros da aristocracia senatorial (*liberalitas*), oferecimento de auxílio financeiro, construção e reparo de obras públicas em Roma e nas províncias (*munificentia*), bem como intervenções de caráter urgente nos preços dos víveres destinados à população (*frumentationes*). Esta escolha se dá pela importância que a manifestação de tais atitudes possuía para a sociedade romana, pois a demonstração de generosidade existente tanto em uma relação de iguais quanto de um superior para com um inferior possuía grande influência no conjunto de virtudes de um cidadão. Mais ainda, percebemos no texto taciteano uma grande preocupação por parte do Imperador com a manutenção e restauração dos templos e das construções públicas. Em relação a uma definição do termo *liberalitas*, existe uma diferença entre a doação de dinheiro feita através de uma solicitação imediata ao Imperador e um ato de liberalidade, que não envolve apenas instruções de concessão de verbas para uma província através de oficiais a serviço do Príncipe, mas a transferência de uma propriedade substancial que aparentemente pertence ao Imperador e está certamente à sua livre disposição. Durante os primeiros séculos da República, a *liberalitas* era uma virtude amplamente disseminada e praticada pela aristocracia romana, mas em seu último século seu exercício se tornou algo suspeito pela existência de um abismo entre o

¹⁸ Cf. T.R. Stevenson, “The Ideal Benefactor and the Father Analogy in Greek and Roman Thought”: *The Classical Quarterly* 42 (1992) 421-436.

ideal filosófico, como exemplificado por Cícero na obra *Dos Deveres*, e a prática dos indivíduos¹⁹.

À parte de uma discussão sobre a concepção filosófica do termo, e diante de uma observação documental, durante este período da República, a generosidade privada era constantemente praticada por um membro superior na sociedade para com outro inferior, e não exercida entre iguais, de acordo com os preceitos filosóficos. Isto se devia a uma forma de autopromoção e tinha como finalidade a adesão popular e a conquista de votos. Ao mesmo tempo, movidos pela *simulatio* e pela *vanitas*, muitos membros da aristocracia senatorial agiam com exagero no oferecimento de doações públicas, realizando atos evergéticos, que sobre uma capa de *utilitas* eram simplesmente resultado de uma ostentação conseqüente de uma situação econômica desafogada, e que buscavam ofuscar as possibilidades de promoção de outros cidadãos que também desejavam promoção, mas que possuíam menos recursos²⁰.

Dentro da própria legislação romana, houve a solicitação de uma prudência dos doadores na realização de munificências, autorizando somente obras públicas que contribuíssem para a dignidade (*honos*) e o embelezamento (*ornatus*) da cidade²¹. A *liberalitas* passou a ser vista como prática associada a estas disputas que visavam apenas favorecimento popular, adquirindo dentro do panorama de conflitos civis do século I a.C. uma conotação negativa, e por muitas vezes maquiada através de sinônimos, como *clementia*, *misericórdia* ou *munificentia*. A reabilitação da *liberalitas* e seu reaparecimento durante o Principado estão inseridos na compreensão de três tipos de receptores de benefícios: a) os indivíduos privados; b) comunidades ou províncias; c) candidatos aos cargos da magistratura, cargos oficiais e seções destes cargos, com conseqüências para todo o padrão de condução dos negócios públicos em Roma. O reaparecimento da *liberalitas* foi influenciado pelo desloca-

¹⁹ Cf. Carl E. Manning, “*Liberalitas* –The Decline and Rehabilitation of a Virtue”: *Greece & Rome* 32 (1985) 73-82.

²⁰ Cf. Carl E. Manning, “*Liberalitas* –The Decline and Rehabilitation of a Virtue”: *Greece & Rome* 32 (1985) 73-82.

²¹ Cf. Javier Andreu, “Algunas consideraciones sobre la *liberalitas* en el *De Officiis* de Cícero”: *Anuario filosófico* 34 (2001) 541-554.

mento da autoridade para o Imperador e o estabelecimento do Principado como forma de governo.

A transferência do controle do acesso dos magistrados e governadores à prática da *liberalitas* para a demanda pessoal do Príncipe destituiu as disputas entre os membros da aristocracia por favorecimento popular e os conflitos de interesse que tinham a *liberalitas* como instrumento de persuasão e apoio. A concentração dos poderes pelo soberano trouxe pouca oportunidade para alguém além do *Princeps* demonstrar sua generosidade privada, principalmente se esta possuísse objetivos políticos. Em Roma, a maior parte das características de expressão da generosidade imperial foram estabelecidas durante o governo de Augusto, e a ampla distribuição de dádivas e outros *beneficia* em alguns aspectos definiram um ideal de virtude entre os Imperadores romanos. As gerações posteriores prontamente associaram a virtude da *liberalitas* à imagem política de Augusto, que consumiu somas exorbitantes de sua própria riqueza em doações de dinheiro à plebe e aos aristocratas²².

Consideramos, deste modo, que a conceituação inicial deste termo sofreu uma alteração da República para o Principado, e que podemos observar o exercício desta virtude e da *munificentia* durante o governo de Tibério, sabendo que não se trata mais do oferecimento de benefícios por membros da aristocracia para outros membros da mesma ordem. Podemos observar, então, que a manutenção do poder do Imperador não dependia apenas de uma constante liberação de dádivas, mas este ato era constituído tanto por um caráter oficial quanto era imbuído da manifestação do carisma de um Imperador. De acordo com Fergus Millar²³, sob Augusto o pagamento era feito por um *dispensator*, que ficava a cargo de distribuir grandes quantias em dinheiro, e que deveria sempre prestar contas das distribuições ao Imperador. Com essas grandes quantidades de dinheiro envolvidas e a proximidade que a responsabilidade do cargo

²² Cf. Carlos F. Noreña, “The Communication of the Emperor's Virtues”: *The Journal of Roman Studies* 91 (2001) 146-168.

²³ Cf. Fergus Millar, *The Emperor in the Roman world (31 B.C – AD 337)* (London 1992) 136.

trazia perante a pessoa do Imperador, podemos compreender porque este cargo era amplamente cobiçado.

Os *dispensatores*, provavelmente, também eram responsáveis por tomar nota dos pagamentos feitos em nome do Imperador, e as maiores evidências do funcionamento deste cargo vem das moedas que representam as distribuições periódicas de dinheiro ao povo de Roma (*congiaria* ou *liberalitates*). Existem variações na cunhagem das moedas, mas quase todas mostram o Imperador sentado em um tribunal, enquanto o *dispensator* fazia o pagamento para os cidadãos, que se aproximavam individualmente para receber sua quantia. Parece claro pelas representações numismáticas que a *liberalitas* integrava um contexto de evento social, e não é surpreendente imaginar que um cidadão poderia pedir por algo que lhe apetecesse, como vinho; isso quer dizer que não eram feitas somente doações em dinheiro. Tais doações de caráter informal eram as mais freqüentes dentro da liberalidade imperial, intercaladas com *congiaria* formais e públicos para o povo. Mas, independente do caráter informal ou solene da distribuição, a noção da recepção de dádivas era algo que resultava especialmente, mas não somente, do contato pessoal com o Imperador, fato que permaneceu essencial para a concepção de poder do homem romano e a legitimação da autoridade do Príncipe.

A primeira passagem, que confirma a liberalidade de Tibério no texto taciteano, não remonta especificamente a uma concessão feita por Tibério, mas faz uma referência a esta prerrogativa na pessoa do Imperador. Tácito pontua que em Roma não se sabia ainda dos motins entre as legiões estacionadas na Ilíria, sob o comando de Germânico, e afirma em seguida²⁴ que a comunidade começou a suscitar rumores que censuravam Tibério, e impõe um julgamento claro: “enquanto ele brincava com os senadores e a plebe, a soldadesca estava em disputa e não poderia ser submetida pela autoridade imatura de dois jovens”. Entretanto, adiante o autor afirma que “ele deveria ter ido pessoalmente e os confrontado com sua soberania de comandante [...] uma vez que eles vissem um Príncipe com sua grande experiência e supremo em severidade

²⁴ Tac. *Ann.* 1.46.

e munificência” (*longa experientia eundemque severitatis et munificentiae summum vidissent*)²⁵. Percebemos um exemplo claro das contradições que permeiam o texto taciteano. O autor se apropria de rumores que possivelmente teriam sido emitidos pela opinião pública da época, reestrutura o discurso e lhe impõe em seguida um julgamento próprio, embora esta articulação crie a princípio uma sensação de distanciamento. Todavia, contraditoriamente ou não, o autor ressalta um aspecto positivo de Tibério, possivelmente coerente com os atos de seus primeiros anos de governo considerados, por ele e pela tradição literária de seu tempo, como relativamente bons.

A seguir²⁶, temos efetivamente a primeira demonstração da *liberalitas* de Tibério. O Senador Pio Aurélio registrou reclamações perante o Senado sobre a construção de uma estrada pública e um aqueduto próximo à sua residência. Em meio à resistência dos pretores em conceder uma restituição financeira, Tibério intercedeu em seu auxílio, garantindo-lhe o valor de sua casa (*Caesar pretiumque aedium Aurelio tribuit*). Não podemos afirmar pelo texto dos *Anais* se Tibério concedeu o auxílio oferecendo-lhe dinheiro do próprio bolso, ou se a concessão se deu por meio do erário público, tendo em vista que no início da passagem Tácito cita os entraves entre o senador e os pretores. Todavia, a leitura deste capítulo nos mostra de forma geral que o Imperador auxiliou um membro da aristocracia, e de acordo com uma percepção mais livre do termo, é possível qualificar este fato como um exercício de sua generosidade. Da mesma forma, para Propércio Celer, um pretoriano solicitando exclusão de sua ordem devido à sua pobreza, o Imperador ofertou-lhe um milhão de sestércios, uma vez que descobriu que suas circunstâncias eram hereditárias (*decies sestertium largitus est satis conperto paternas ei angustias esse*). Havia um costume durante o Principado de o Imperador sempre auxiliar certos membros da aristocracia que estavam em dificuldades financeiras a não perder a posição equestre ou senatorial, portanto esta atitude, além de ser uma demonstração de generosidade, é bastante plausível e um costume do período.

²⁵ Tac. *Ann.* 1.46.

²⁶ Tac. *Ann.* 1.75.

Entretanto, a partir do momento que outros cidadãos fizeram solicitações semelhantes, ele ordenou que os casos fossem provados no Senado.

Diante destas concessões, Tácito utiliza o termo *innuendo* nos dois casos por ele relatados. Em relação a Aurélio, o autor afirma que Tibério era desejoso de gastar o seu dinheiro honradamente, uma virtude que durante muito tempo manteve, ao passo que perdia as outras (*erogandae per honesta pecuniae cupiens, quam virtutem diu retinuit, cum ceteras exueret*)²⁷. Já no caso de Propércio, o desejo de Tibério por severidade o tornava amargo mesmo nas questões em que agia com propriedade, e por isto muitos preferiram o silêncio e a pobreza à confissão e generosidade (*unde ceteri silentium et paupertatem confessioni et beneficio praeponere*)²⁸. As avaliações de Tácito visam atestar que mesmo quando Tibério agia virtuosamente, sua personalidade o tornava suscetível aos julgamentos negativos e à impopularidade, mas conforme já ressaltamos possivelmente estas avaliações são juízos de valor do próprio autor, e desta forma devemos excluir tais considerações, nos atendo somente aos atos descritos.

No capítulo seguinte²⁹, Tácito fala que as cheias do rio Tibre ocasionaram inundações em amplas partes da Cidade de Roma, e que conseqüentemente houve grandes perdas materiais e humanas. Tibério encarregou os senadores Ateio Capiton e Lúcio Arrúncio de comandar as obras de contenção do Tibre (*sed remedium coercendi fluminis Ateio Calpitoni et L. Arruntio mandatum*), bem como atendeu às solicitações das províncias da Acáia e da Macedônia de redução de tributos, transferindo-as da administração proconsular para os seus próprios cuidados (*Achaiam ac Macedoniam onera deprecantis levare in praesens proconsulari imperio tradique Caesari placuit*). Podemos afirmar que esta passagem, embora não mostre nenhum exemplo de concessão de benefícios em dinheiro, evidencia que Tibério mostrou-se atento com a administração pública do Império, o que se mostra um contraponto peculiar em relação a um panorama de distanciamento e hostilidade por

²⁷ Tac. Ann. 1.74.

²⁸ Tac. Ann. 1.75.

²⁹ Tac. Ann. 1.76.

parte do Imperador, uma impressão que surge inicialmente diante da leitura do texto taciteano. Ainda neste capítulo, Tácito aponta³⁰ que, durante o ano de 15 d.C., Tibério fez a dedicação de templos aos deuses que, destruídos pelo tempo ou pelo fogo, haviam sido projetos de Augusto (*Isdem temporibus deum aedis vetustate aut igni abolitas coeptasque ab Augusto dedicavit*). Esta medida fez parte de seu procedimento político em preservar os feitos administrativos de seu antecessor, garantindo a noção de continuidade entre os dois governos.

Em 17 d.C., diante das reclamações da plebe sobre os preços dos alimentos, Tibério estabeleceu o preço máximo do grão a ser pago pelo comprador, de modo que, para este, ele acrescentaria por sua conta dois sestércios por medida individual (*Saevitiam annonae incusante plebe statuit frumento pretium quod emptor penderet, binosque nummos se additurum negotiatoribus in singulos modios*)³¹. Em termos gerais, o controle dos preços dos alimentos e das taxas a serem pagas pela população era uma preocupação primordial do Imperador, pois questões de ordem econômica, como o pesado fardo dos débitos, aumento das taxas e tributos, a falta de moradias decorrentes de terremotos ou de incêndios, e a fome causada por períodos de baixa produtividade na agricultura, eram fatores de desordem pública e impopularidade do Imperador³².

Neste mesmo ano³³, em nome de Germânico, Tibério distribuiu à plebe cerca de trezentos sestércios para cada cidadão, marcando sua nomeação como colega do Imperador no Consulado (*Ceterum Tiberius nomine Germanici trecenos plebi sestertios viritim dedit seque collegam consulatui eius destinavit*). Mais ainda, doze cidades de grande importância na Ásia entraram em colapso devido a um terremoto ocorrido durante a madrugada, em que a destruição, além de severa, foi inesperada e sem grandes possibilidades de fuga devido às enormes crateras que se abriram no chão. Aos sardianos, que foram bastante prejudicados pela

³⁰ Tac. Ann. 1.76.

³¹ Tac. Ann. 2.87.

³² Cf. Zvy Yavetz, *Plebs and Princeps* (London 1969) 36.

³³ Tac. Ann. 2.42.

tragédia, Tibério concedeu dez milhões de sestércios e cinco anos de remissão de impostos ao erário (*centies sestertium pollicitus Caesar, et quantum aerario aut fisco pendebant in quinquennium remisit*)³⁴, o que foi ressaltado positivamente por Tácito, especialmente pelo fato de as populações destas cidades terem dedicado estátuas a Tibério por esta realização. Com efeito, este incidente foi um dos mais graves problemas durante o governo deste Imperador, e não podemos deixar de perceber nesta passagem a colaboração do Imperador para a resolução das catástrofes.

No capítulo seguinte³⁵, Tácito qualifica como generosa a atitude de Tibério (*magnificam in publicum largitionem auxit Caesar haud minus grata liberalitate*) ao entregar os bens de Emília Musa, matrona que morreu sem deixar testamento, a Emílio Lépidio, a cuja família parecia ter ela pertencido, embora estes bens já tivessem sido reclamados pelo fisco. Sob Tibério, bem como no governo de Augusto, estabeleceu-se que proeminentes personalidades poderiam deixar algo em testamento para o Imperador. Era claramente uma forma estabelecida, mas o fluxo de heranças e legados deixados para o Imperador estava sujeito às pressões típicas das forças sociais relacionadas ao governante. Além das heranças, havia a recepção pelo Imperador ou pelo *fiscus* de propriedades as quais o proprietário havia abandonado (*vacantia*) ou pelas quais as disposições testamentárias eram inválidas (*caduca*), e Tácito mostra nesse mesmo capítulo que Tibério agia com profunda severidade no que diz respeito à aceitação ou não de heranças. Só aceitava heranças que viessem de seus *amici*, rejeitando claramente as de desconhecidos, ou heranças provenientes de testamentos em que este era nomeado herdeiro em detrimento de outros.

Outro exemplo deste procedimento ocorre novamente neste capítulo, em que Tibério concedeu toda a herança de Patuleio, eqüestre que o havia destacado como co-herdeiro, a M. Servílio (*Pantulei divitis equitis Romani here ditatem, quamquam ipse heres in parte legeretur, tradidit M. Servilio*). Dentre as formas às quais a riqueza era transferida

³⁴ Tac. Ann. 2.47.

³⁵ Tac. Ann. 2.48.

do súdito para o Imperador, para ser administrada, distribuída ou concedida para seus favoritos, a mais carregada de tonalidades políticas e sociais, mas também de ambigüidades, era a aquisição das propriedades de pessoas condenadas criminalmente (*bona damnatorum*). Este processo teve suas raízes na República, quando a propriedade dos homens condenados, ou dos homens condenados por ofensa ao Estado, era vendida em audiência. A condenação era, assim em parte, um processo sujeito à manipulação e à corrupção de transferência de bens de um indivíduo para outros. Um novo fator presente durante o Principado era a extensão do confisco de propriedades para todas as acusações criminosas mais graves e a retenção em larga escala da propriedade pelo Imperador, o que aumentou consideravelmente o número de acusações e perseguições, revelando que a condenação era associada ao caráter político do Príncipe³⁶.

Em 22 d.C., Tibério assegurou financeiramente a reconstrução do anfiteatro de Pompeu, que havia sido destruído por um incêndio, pois nenhum membro sobrevivente desta família possuía condições de restaurá-lo, mantendo a sua denominação original (*at Pompei theatrum igne fortuito haustum Caesar extructurum pollicitus est eo quod nemo e familia restaurando sufficeret, manente tamen nomine Pompei*)³⁷. Este exemplo nos é interessante, pois mostra a concessão de um benefício não somente a um membro desta família romana, mas contempla a manutenção do seu estatuto de nobreza dentro da aristocracia senatorial nos direitos de inscrição e de subscrição nos anfiteatros, ou a manutenção de uma casa sempre disposta a receber outros membros da aristocracia. A fortuna de uma família constituía um fator importante que se manteve durante o Principado, relacionado também ao *status* social. A aliança de sobrenomes definia a condição ilustre de algumas famílias, pois os sobrenomes eram os maiores indícios da origem, e eram somados à condição de um cidadão dentro da disputa por dignidade no seio da aristocracia, e no quadro de proximidade com a família imperial e com o favorecimento

³⁶ Cf. Fergus Millar, *The Emperor in the Roman world (31 B.C – AD 337)* (London 1992) 169.

³⁷ Tac. *Ann.* 3.72.

do Imperador³⁸. Desta maneira, Tibério mostrou-se preocupado em assegurar a permanência e a influência de algumas famílias dentro da ordem senatorial, fazendo concessões em dinheiro.

Tácito faz mais adiante em sua narrativa um balanço dos primeiros anos de governo de Tibério³⁹, tendo em vista que a partir do ano 23 d.C., por não ter mais a presença de Druso e mediante a crescente influência de Sejano, sua relação com o Senado tendeu a se agravar, especialmente pelos abusos nas denúncias e julgamentos da lei de traição. Entretanto, estabelece uma coerência positiva nestes primeiros anos, no que tange à administração imperial: “[...] desde o início os negócios públicos e as mais importantes questões eram discutidas perante os *patres*, e era permitido aos seus líderes o direito de expressão, e aqueles que escorregavam para a adulação eram pessoalmente repreendidos por Tibério. Ele administrou as honras levando em consideração a nobreza dos ancestrais, o brilhantismo da soldadesca e as aptidões políticas, sendo de comum acordo quais eram os principais mercedores dos cargos. Cônsules e pretores gozaram de suas próprias prerrogativas, o poder dos magistrados menores também eram exercidos, e as leis, à exceção da questão da lei de traição, foram usadas para o bem. Em relação ao abastecimento de grãos e os afluxos financeiros, bem como outras formas de arrecadação, estas tarefas foram relegadas para as companhias de equestres romanos [...] Aplebe manteve-se constantemente afligida por uma aguda carência de suprimentos, mas não havia culpa por parte do Imperador em relação a isto: de fato ele enfrentou o problema de terras inférteis e mares bravios na medida de suas possibilidades financeiras e assiduamente (*quantum impendio diligentiaque poterat*). E ele ofereceu auxílio para que as províncias não fossem se revoltassem contra novos fardos (*et ne provinciae novis oneribus turbarentur*), e tolerassem os seus antigos tributos sem ambição ou crueldade dos magistrados: castigos corporais e confisco de propriedades foram abolidos⁴⁰”.

³⁸ Cf. Ramsay Macmullen, *Les rapports entre les classes sociales dans l'empire romain* (Paris 1974) 85-113.

³⁹ Tac. *Ann.* 4.6.

⁴⁰ Tac. *Ann.* 4.6.

Em seguida, logo após a morte de Druso, Tácito expõe que Tibério, sem interromper sua responsabilidade para com as questões administrativas e preferindo o trabalho ao invés do conforto, lidou com questões legais de cidadãos e com as solicitações dos povos aliados⁴¹. Em meio a isto, transmitiu para o Senado a decisão de conceder aos povos cibriáticos, na Ásia, e aos Égios, na Acáia, que haviam sofrido grandes reveses devido a um terremoto, a remissão de tributos durante três anos (*subveniretur remissione tributi in triennium*). Durante o ano de 27 d.C., um grande incêndio abateu-se sobre Roma com uma extrema violência, de modo que o monte Célio veio abaixo. Tibério confrontou o problema com a distribuição de dinheiro em proporção às perdas sofridas, cuja gratidão o Senado expressou publicamente, ao passo que a plebe regozijou-se do fato de que mesmo desconhecidos que haviam sido convocados espontaneamente foram auxiliados com a sua munificência (*quia sine ambitione aut proximorum precibus ignotos etiam et ultro accitos munificentia iuverat*)⁴².

Os desafios para a manutenção da legitimidade e autoridade do Imperador seriam, a partir de Augusto, consistentemente apoiados mais nos usos do poder do que apenas no acesso às vontades do povo, pois as ações do Imperador serviriam como instrumento na construção de uma imagem de benevolência, justiça e manutenção dos princípios da *res publica*. Entretanto, poucos Imperadores se preocuparam ou conseguiram êxito semelhante ao de Augusto na manutenção de uma imagem de soberano que aparentavam permitir a liberdade de expressão do povo, e Imperadores assim eram cunhados com a insígnia da tirania dentro das fontes literárias⁴³.

Em 33 d.C., ocorreu uma crise financeira em Roma, na qual membros da aristocracia se viram endividados mediante a prática da usura pelos banqueiros. Absolutamente sem meios de saldarem seus empréstimos, Tibério concedeu um ano e meio de moratória, para que

⁴¹ Tac. *Ann.* 4.13.

⁴² Tac. *Ann.* 4.64.

⁴³ Cf. Martin Goodman, *The Roman World 44 BC-AD 180* (New York 1997) 126.

estes pudessem restabelecer os meios para os pagamentos aos credores sem a necessidade de interferências jurídicas do Estado. No entanto, esta medida não contornou o problema e o Imperador viu-se obrigado a estabelecer um escritório com cem milhões de sestércios para fazer empréstimos aos devedores, com o prazo de três anos sem juros, para que estes quitassem suas dívidas e não perdessem as suas dignidades (*eversio rei familiaris dignitatem ac famam praeceps dabat, donec tulit opem Caesar disposito per mensas milies sestertio*)⁴⁴. Esta medida foi especialmente importante para conservar o estatuto de alguns membros da aristocracia que se viram bastante endividados, e mais uma vez ressalta a preocupação de Tibério e a existência de uma preocupação por parte dos Imperadores em não deixar que os Senadores perdessem as suas prerrogativas aristocráticas.

No último ano de governo de Tibério, em 37 d.C., ocorreu outro grande incêndio em Roma, em que parte do anfiteatro que se situava próximo ao monte Aventino queimou, e o foco se alastrou para as redondezas, consumindo as residências vizinhas. Por sua parte, Tibério investiu cem milhões de sestércios para os reparos das residências e estabelecimentos (*milies sestertium in munificentia conlocatum*)⁴⁵. Novamente não podemos afirmar se o dinheiro empregado veio do erário público ou se saiu da *res privata* do Imperador, mas este exemplo mais uma vez corrobora que Tibério demonstrou grande preocupação com as prerrogativas administrativas e empenho na resolução de grandes problemas durante seu governo.

Por meio das passagens citadas acima, buscamos ressaltar o fato de que existe um ponto de convergência nas fontes que analisam o Principado de Tibério, estabelecendo que embora os primeiros anos de seu governo fossem bons, a partir da morte de seu filho Druso e da influência de Élio Sejano, tem-se início uma revelação ou degeneração moral de seu caráter extremamente dependente e o agravamento nos abusos relativos à lei de traição. Tácito tenta ressaltar as cores de uma atmosfera de paranóia e perseguição a partir deste momento, embora fique clara a utili-

⁴⁴ Tac. *Ann.* 6.17.

⁴⁵ Tac. *Ann.* 6.45.

zação de artifícios retóricos que visam propor ao leitor tal perspectiva, especialmente pela ênfase da hipocrisia e da dissimulação do Imperador. Segue-se aqui a última passagem sobre o governo de Tibério, ao fim do livro sexto dos *Anais*, constituindo-se de um obituário de sua vida: “Em seu comportamento houve diferentes fases: uma excepcional em vida e reputação enquanto era indivíduo privado ou sob comando de Augusto; uma reservada e maliciosa na sua fabricação de virtudes enquanto Germânico e Druso eram vivos; foi simultaneamente uma mistura de bem e mal durante a vida de sua mãe Lúvia; infame por sua selvageria, mas com sua torpeza encoberta, enquanto sentiu afeição ou respeito por Sejano; e por último ele emergiu em crimes e degradações ao restar sozinho, com sua vergonha e temor removidos, ele possuía apenas a si mesmo⁴⁶”.

Desta maneira, Tácito não deixa de reconhecer e ressaltar características positivas na personalidade e na administração de Tibério em determinados momentos de sua narrativa. Contudo, o autor atribuiu à dependência de certas pessoas de sua família e à influência decisiva de Élio Sejano as causas para o agravamento da atmosfera de terror no Principado. Esta dependência contribuiu ou para revelar o caráter essencialmente mau do Imperador, ou ajudou em sua degeneração moral, muitas vezes ressaltada por artifícios literários impregnados no relato. Tácito elaborou uma narrativa que, em última instância, caracterizou o Principado de Tibério como um período de clara formação de uma tirania, embora não tenha criado uma personagem, mas confirmado um consenso estabelecido na memória política e na tradição de uma aristocracia ainda saudosa de preceitos republicanos.

Podemos acrescentar que Tibério, pela análise da obra taciteana, não foi bem sucedido em empreender uma política de divulgação de suas virtudes e feitos da forma como Augusto o fez. Embora tivesse demonstrado preocupação na execução de suas tarefas administrativas e na divulgação de sua imagem política, seu distanciamento e seu caráter reservado podem ter contribuído para a sua alcunha impopular, mediante

⁴⁶ Tac. *Ann.* 6.51.

a sua incapacidade de aproximação com a plebe, a sua aparente rigidez excessiva no recebimento de honras concedidas pela aristocracia, o seu afastamento do cotidiano político durante os períodos em que se retirou da Cidade de Roma.

Considerando-se estes fatores, podemos dizer que a *superbia* (arrogância) ressaltada no início da narrativa por Tácito como elemento inato de sua personalidade, teve uma influência maior do que a *comitas* (afabilidade, condescendência) em seu modo de governar. A distribuição de larguezas (*largitiones*) e a concessão de benefícios (*beneficia*), bem como a realização de obras pública eram importantes, mas sozinhas não eram meios suficientes para garantir a popularidade de um soberano perante a população de Roma. Relacionado à *liberalitas* e à *munificentia*, outro fator constitui-se como imprescindível na necessidade de conquista da empatia da plebe: era fundamental que o Imperador demonstrasse perante a população que ele não a desprezava, nem que estava totalmente distante dela. O governante que conseguia se aproximar da plebe poderia ser visto como possuidor da *levitas*, que durante a República era a mais infame característica que poderia ser aplicada a um político pertencente à aristocracia senatorial. Em comparação àqueles senadores romanos, que possuíam a tradicional *gravitas*, o político detentor da *levitas* era tido como um oportunista que só se aproximava da população com o intuito de ganhar a popularidade, sem realmente se importar com o bem coletivo⁴⁷. A população possuía meios de perceber se a aproximação de um governante ou político era verdadeira ou não. Por exemplo, as ações de Augusto poderiam ser compreendidas como algo que ia além de artimanhas políticas para obtenção da adesão da plebe, pois este tentava parecer um soberano popular e buscava a popularidade do povo sem desdenhar do favorecimento que este lhe proporcionava, e nesse intuito nos pareceu bem-sucedido.

Desta forma, era importante demonstrar que o Príncipe não sentia asco de se misturar com os membros da plebe nem de participar de seus divertimentos. Neste quesito seu sucessor não nos parece ter sido tão bem

⁴⁷ Cf. Zvy Yavetz, *Plebs and Princeps* (London 1969) 98.

sucedido como Augusto, pois Tácito afirma que Tibério não era afeito aos divertimentos da plebe, como os jogos públicos, embora não tenha sido capaz de vetá-los, provavelmente para não contrariar prerrogativas estabelecidas por seu predecessor (*alia Tiberio morum via: sed populum per tot annos molliter habitum nondum audebat ad duriora vertere*)⁴⁸. Se as relações entre os Imperadores posteriores a Augusto fossem explicadas somente considerando-se como um dos pressupostos a empatia perante a população, podemos dizer que Tibério preocupou-se de forma coerente com a situação econômica e o modo de vida da plebe, mas ainda assim o apreço dessa plebe por ele não foi de forma alguma semelhante à relação estabelecida com Augusto, possivelmente pela sua maior preocupação em demonstrar perante a aristocracia senatorial uma preservação dos preceitos republicanos, principalmente se levarmos em consideração a sua origem aristocrática e o prestígio da família *Claudia* durante a República.

Apesar de uma tendência presente na literatura romana, primordialmente aristocrática, de enfatizar uma inconstância e uma susceptibilidade da população, esta não difamava nem agia da mesma forma com todos os Príncipes. Tal comportamento pode ser explicado se levarmos em consideração a existência de uma consciência política da plebe. O Principado surgiu como uma alternativa possível ao colapso da República. No entanto, essa alteração no sistema político não fez com que as responsabilidades dos Imperadores fossem vistas como dádivas, e sim como obrigações legais, como práticas de um *modus operandi*.

Ideais como a *clementia*, *virtus*, *pietas* e *iustitia* adquiriram uma significação ainda maior durante o Principado. A *liberalitas* e a *munificentia*, por exemplo, eram características apreciadas pela população, mas somente quando vinham acompanhadas daquilo que era pejorativamente qualificado pelos senadores da aristocracia republicana como *levitas popularis*. Os benefícios concedidos à população eram considerados necessários e úteis, mas não como *beneficia iucunda* (aprazíveis), pois assim como um mestre é obrigado a vestir e alimentar um escravo, o povo tornou-se acostumado a receber as provisões de trigo como um dever

⁴⁸ Tac. *Ann.* 1.54.

fundamental do Príncipe. Desta forma, embora Tibério tenha exercido uma boa administração imperial, e que Tácito atente para esta prerrogativa principalmente durante os primeiros anos de seu governo, ele não conseguiu estabelecer um equilíbrio que lhe assegurasse popularidade durante seu governo, o que conseqüentemente pode ter contribuído em especial para a construção de um imaginário negativo sobre a sua imagem como *Princeps*.

Esta composição negativa provavelmente adveio de sua conturbada relação com a aristocracia senatorial, às voltas com reminiscências de um passado republicano que, ao mesmo tempo em que ainda retinha a memória desta tradição política dentro de seus ideais políticos, percebia claramente a inevitabilidade da aceitação do Principado como forma de governo. Tibério, por sua vez, mesmo que quisesse restabelecer uma aura de republicanismo em sua relação com o Senado, não poderia mais se destituir de uma posição centralizadora de funções erigida gradualmente pelo seu antecessor. Mais ainda, as disputas internas por influência e poder político dentro da família imperial e a atmosfera de paranóia e perseguição decorrente de um aumento na prática de denúncias de crimes de traição foi outro fator que contribuiu enormemente para a afirmação negativa de seu Principado. Conquanto Tibério pretendesse ou fingisse garantir certa autonomia ao Senado, nos julgamentos e condenações deste crime, não conseguiu ou não quis evitar o crescente abuso no uso desta lei, que se tornou uma ferramenta de disputas por poder nas mãos de oportunistas, especialmente dentro da própria aristocracia.

Estes fatores contribuíram para o semeio de um ressentimento que possivelmente se manteve durante o governo dos Imperadores subseqüentes, e foram associados com a impopularidade decorrente da incapacidade de Tibério de se relacionar com proximidade em relação à plebe urbana. Este último fator corroborou a tradição de *superbia* associada à sua família, assim como serve de explicação para o rápido esquecimento de sua pessoa política logo após sua morte, embora a relação com as províncias mostre que era comum a prestação de culto à sua imagem, e que esta possivelmente preservou-se nestes locais por mais tempo.

Em suma, podemos afirmar que é possível observar na narrativa de Tácito certos elementos que evidenciam a competência política de Tibério na administração imperial, especialmente na concessão de benefícios à população, bem como na sua relação com as províncias e na organização militar do Império. Contudo, este Imperador não foi tão bem-sucedido como seu antecessor na manutenção de um vínculo de empatia com o restante da população, e a sua dificuldade em lidar com os abusos e as disputas existentes na aristocracia pela prática das denúncias sobre traição ao governo foi um elemento determinante para a imagem que legou para a posteridade romana.

Esta incapacidade possivelmente contribuiu para a perpetuação de uma imagem política negativa, fortemente associada pela tradição e pela memória da sociedade romana à alcunha de um tirano, que por várias vezes foi responsabilizada como uma distorção literária de Tácito, mediante o fato de sua narrativa ser a mais rica em detalhes sobre os eventos do Principado de Tibério. Todavia, a constituição da imagem de Tibério não foi uma invenção, mas a confirmação de uma perspectiva fortemente apoiada numa tradição histórica bastante influenciada por uma relação nostálgica com as reminiscências republicanas de outrora, estando presente e sendo confirmada por outros autores contemporâneos a Tácito.

* * * * *

Resumo: Nosso interesse neste artigo é estabelecer algumas revisões sobre aspectos da administração imperial de Tibério César Augusto (14 – 37 d.C.), por meio de uma leitura dos eventos políticos descritos por Públio Cornélio Tácito em seus *Anais*. É importante ressaltarmos que, ao contrário de uma primeira impressão perceptível na leitura da fonte, podemos afirmar que este Imperador não foi negligente com a difusão de sua imagem política, tampouco indiferente à forma como esta era assimilada pela população imperial tanto na Cidade de Roma quanto nas províncias. Esta consideração é importante por relacionar-se com uma latente necessidade no desenvolvimento de formas de conferência de autoridade e legitimidade ao seu governo, inserido em um momento de transição e consolidação de uma nova estrutura política. Mais ainda, esta preocupação, apesar de não ter surgido com seu antecessor Otávio Augusto, mas perceptível já com o ditador Júlio César em 49 a.C., foi um aspecto primordial de seu Principado, especialmente se considerarmos a existência de um momento histórico de estabelecimento e consolidação de uma nova forma de governo, que vinha para suplantar outra, minada por uma sucessão de conflitos civis e disputas políticas entre facções da aristocracia republicana.

Palavras-chave: Tibério; Tácito; Principado; Império Romano; imagem política.

Resumen: En este artículo intentaremos revisar algunos aspectos de la administración imperial de Tiberio César Augusto (14 - 37 d.C.) a través de una lectura de los sucesos políticos descritos por Publio Cornelio Tácito en sus *Anales*. Conviene destacar que, a despecho de la primera impresión que suscita la lectura de la fuente, podemos afirmar que este emperado no fue negligente en la difusión de su imagen política, ni indiferente a la forma en que la asimilaba la población imperial, tanto de la Ciudad de Roma como de las provincias. Esta consideración es importante porque se relaciona con una latente necesidad de desarrollar formas de conferir autoridad y legitimidad a su gobierno, metido de lleno en un momento de transición y consolidación de una nueva estructura política. E incluso esta preocupación, pese a no haber surgido con su antecesor Octavio Augusto, aunque ya perceptible con el dictador Julio César en 49 a. C., fue un aspecto esencial de su Principado, sobre todo si tenemos en cuenta la existencia de un momento histórico de establecimiento y consolidación de una nueva forma de gobierno que llegaba para suplantar otra, minada por una sucesión de conflictos civiles y disputas políticas entre facciones de la aristocracia republicana.

Palabras-Clave: Tiberio; Tácito; Principado; Imperio Romano; imagen política.

Resumé: Le principal intérêt de cet article est d'établir quelques révisions sur des aspects de l'administration impériale de Tibère César Auguste (14 – 37 ap. J.-C), par

le biais d'une lecture des événements politiques décrits par Publius Cornelius Tacitus dans ses *Annales*. Il est essentiel de souligner que, et au contraire de la première impression perçue lors de la lecture du texte source, cet Empereur n'a ni été négligent avec la diffusion de son image politique, ni indifférent à la façon dont cette image était assimilée par la population impériale, autant dans la Cité de Rome que dans les provinces. Cette réflexion est importante parce qu'elle se trouve liée à un besoin latent de développement des formes d'attribution de l'autorité et de la légitimité dans son gouvernement, qui traversait une période de transition et de consolidation d'une nouvelle structure politique. De plus, cette préoccupation – bien qu'elle n'ait surgi avec son prédécesseur Octave Auguste, elle était, néanmoins, déjà discernable sous la dictature de Jules César en 49 av. J.-C. – fut un aspect primordial de son Principat, surtout si nous tenons compte du fait qu'il s'agissait là d'un moment historique pour l'établissement et la consolidation d'une nouvelle forme de gouvernement, apparue pour en remplacer une autre, écrasée par une succession de conflits civils et de luttes politiques entre les factions de l'aristocratie républicaine.

Mots-clé: Tibère; Tacite; Principat; Empire Romain; image politique.

